

Experiências Distintas Compartilhando Sentidos: as Moedas Sociais no Brasil e na França

Autoria: Ariádne Scalfoni Rigo

Resumo

Com base no entendimento da antropologia econômica sobre a moeda e nos cenários que se delineiam no Brasil e na França em torno das moedas sociais e complementares, este trabalho apresenta e discute duas experiências de uso de destes circulantes locais: as Palmas, primeira moeda social emitida pelo Banco Palmas de Desenvolvimento, em 2002; e a Sol-Violette, moeda social que circula na cidade de Toulouse, na França, desde 2011. A discussão aponta que mesmo em contextos e modos de funcionamento distintos, as experiências compartilham sentidos comuns para além do econômico, notadamente o político e o simbólico.

1 Introdução

A partir do início do século XX, as discussões sobre a moeda no campo da economia passaram a se concentrar na questão da sua suposta neutralidade. Nesse sentido, a moeda é entendida como um instrumento de troca, incapaz de afetar as relações entre as coisas e as pessoas que participam do conjunto dessas trocas. Esta ideia de neutralidade da moeda se expressa pelas noções de universalidade e quantitativismo e pelas funções de contar e medir. Estes conceitos, que quase falam por si só, incomodaram a sociologia e a antropologia econômica, campos do conhecimento que vem destacando o caráter inerentemente social e institucional da moeda (ZELIZER, 2005; LIETAER e KENNEDY, 2010).

A análise de Lietaer e Kennedy (2010, p. 29) também contra-argumenta a ideia da moeda como um instrumento de trocas neutro: a qual “supõe que a moeda não influencia na natureza dos intercâmbios, mesmo em um horizonte temporal, nem nos investimentos realizados e nas relações entre as pessoas que a utilizam”. Baseando-se principalmente nos casos dos *regios* alemães, os autores mostram que no seio destes círculos de intercâmbios, os amigos aceitam ser pagos em moeda social por uma ajuda, e até rechaçam o pagamento em moeda oficial nestas ocasiões. A existência de moedas complementares tem reforçado outras possibilidades de interpretar a moeda. Estas outras possíveis interpretações entendem a moeda não estritamente em termos econômicos e muito menos unicamente como moeda de mercado (ZELIZER, 2005).

Para a antropologia econômica, o dinheiro não é único, uniforme e generalizado, mas existem de formas múltiplas. Dentro da tradição antropológica, vários estudos mostram diferentes tipos e usos de moedas, como, por exemplo, no caso de moedas que eram usadas para presentear em casamentos, outras para comprar alimentos e outras para indenizar prejuízos e insultos. Nesta perspectiva, as moedas são qualificadas em “razão dos seus usos” (ZELIZER, 2005, p. 55) não havendo uma moeda abstrata, mas várias moedas relacionadas ao agente que usa e ao contexto onde se insere. Além disso, na perspectiva da antropologia econômica, a moeda também existe fora do mercado e se submete as diferentes estruturas culturais e sociais. A moeda, vista como um fenômeno de mercado, não dá conta de tratar amplamente o fenômeno, acabando por deixar de lado certas moedas, não fungíveis, não portáteis, subjetivas, e, conseqüentemente, qualitativamente heterogêneas (ZELIZER, 2005; BLANC, 1998). Nosso esforço aqui está na direção apontada por Blanc (1998) de que um entendimento mais completo sobre a moeda não pode excluir uma diversidade de práticas que depositam na confiança o principal fator de integração social dos diversos instrumentos monetários (BLANC, 1998).

No Brasil se destacam as experiências de uso das chamadas moedas sociais. Estas, geralmente, são criadas pelos associados de um Clube de Trocas ou por um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD). Os primeiros se caracterizam por se organizarem em torno da troca direta (sem o uso de moeda) ou indireta (usando moedas sociais) de bens e serviços de modo

sistemático (MENEZES e CROCCO, 2009; CARNEIRO e BEZ, 2011). O segundo, os BCDs, são relativamente recentes no país e tem se destacado pela difusão das experiências em vários estados brasileiros e pelo relativo apoio governamental que vem recebendo, direta ou indiretamente. Nestas experiências, as moedas sociais também são denominadas de “circulantes locais”.

Na França, as experiências de uso de moedas sociais (frequentemente chamadas de complementares) se encontram em dois sistemas principalmente: os SELs (*Systèmes d’Échange Local*); e o sistema SOL. Os SELs foram criados a partir de 1994, e hoje estão espalhados em várias cidades francesas. Seu modo de funcionamento é semelhante aos Clubes de Trocas brasileiros. O sistema SOL é recente e se constitui numa rede de moedas complementares mas que são gerenciadas nos seus respectivos territórios. Embora comportem, as vezes, significativas diferenças no modo de funcionamento, as moedas do sistema SOL se assentam em um projeto compartilhado e gerido democraticamente”, vinculado à uma estratégia integrada de desenvolvimento dos territórios baseada em valores ecológicos, humanos e sociais” (LIETAER e KENNEDY, 2010, p. 147).

Com base no entendimento da antropologia econômica sobre a moeda e nos cenários que se delineiam no Brasil e na França em torno das moedas sociais e complementares, este trabalho apresenta e discute duas experiências de uso de destes circulantes locais: as Palmas, primeira moeda social emitida pelo Banco Palmas de Desenvolvimento, em 2002; e a Sol-Violette, moeda social que passou a circular na cidade de Toulouse, na França, em 2011. O intuito é mostrar que mesmo em contextos diferentes e com um modo de funcionamento distinto, as experiências compartilham valores e sentidos comuns. Neste texto, a ideia é encontrar sentidos compartilhados pelo uso de moedas sociais e complementares no entendimento mais amplo da antropologia econômica sobre o assunto.

Na segunda parte deste texto, apresentamos algumas experiências de uso de moedas complementares pelo mundo. O intuito é apontar que embora haja especificidades históricas e contextuais em cada sistema, eles permitem retomar e discutir uma noção ampliada sobre a moeda. Esta noção ampliada é brevemente apresentada em seguida, num item específico sobre o sentido antropológico da moeda. A terceira parte do texto é dedicada a apresentação dos achados da pesquisa, tanto no Brasil quanto na França. Nela, apresenta-se primeiro os principais sistemas de uso de moedas sociais de ambos países onde se inserem as Palmas e as Sol-Violettes, para em seguida levantar as especificidades de cada experiência. Para sistematizar melhor estas especificidades, foram elaboradas sete perguntas orientadoras: a) **quando e onde** a moeda foi criada?; b) **Por quem e para quem** a moeda foi criada?; c) **Por quê** a moeda foi criada?; d) **Como** a moeda funciona?; e) Que atores fazem a **gestão** da moeda?; f) Quais os **principais resultados** alcançados?; e g) Quais os **principais desafios** para a circulação da moeda?.

As discussões que constam neste trabalho são resultados de uma diversidade de momentos que propiciaram a obtenção de informações em campo, tanto no Brasil quanto na França pela pesquisadora. O contexto brasileiro das moedas sociais e sobre as Palmas especificamente, são resultados de um período de imersão de um mês no Banco Palmas (janeiro de 2012), emissor da moeda social Palmas. As informações sobre o contexto e as especificidades da moeda Sol-Violette foram obtidas durante um período de 8 meses na França, em meio ao qual foi possível conhecer a moeda em Toulouse, seu modo de funcionamento e os projetos em torno dela. Além disso, foi permitida também a participação do pesquisador em reuniões ordinárias do sistema SOL Frances. Ressalta-se ainda que as informações neste trabalho são de natureza qualitativa,

baseadas em observações de campo e em entrevistas com os gestores do Banco Palmas e do projeto Sol-Violette.

2 As Moedas Sociais e Complementares: diferentes experiências compartilhando sentidos

Há incontáveis exemplos sobre moedas alternativas, cada qual com suas especificidades e surgidas em contextos específicos em resposta a situações também específicas. Tais moedas, chamadas “complementares” tem se manifestado em diversos países e sob as mais variadas formas, inclusive, em países que não passaram por crise financeira ou por algum tipo de recessão econômica (BLANC, 1998; LIETAER e KENNEDY, 2010). Apesar da notoriedade dos casos das moedas da Argentina, no qual o endividamento das províncias foi o principal motivo para o surgimento de moedas complementares, precisamente a partir de julho de 2001 (COLLIAC, 2005), nos últimos 20 anos, tem ocorrido um aumento no número de casos de utilização de moedas complementares, em sua maioria local e com funções limitadas (LIETAER e KENNEDY, 2010). Lietaer e Kennedy (2010, p. 83) notam que “esta é a primeira vez nos tempos modernos que este tipo de moeda é introduzida durante um período de relativa paz e estabilidade econômica: geralmente, a introdução de moedas complementares ocorre na sequência de uma guerra e em contextos econômicos particularmente dramáticos”. A Figura 01 dá uma ideia deste cenário de crescimento do uso das moedas complementares nas últimas duas décadas.

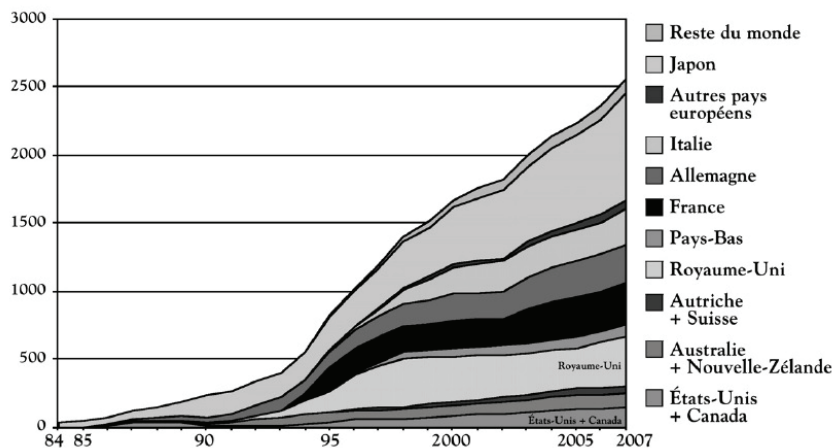


Figura 01: Distribuição das moedas complementares em alguns países no mundo
Fonte: Lietaer e Kennedy (2010, p. 83)

Algumas destas experiências internacionais de moedas complementares são notórias e tem feito parte de diferentes estudos e levantamentos (SOARES, 2006; MENEZES, 2007; LIETAER e KENNEDY, 2010; FREIRE, 2011; MARTIGNONI, 2012). Os *Local Exchange Trading Systems* (LETS) são talvez as experiências de moedas locais mais conhecidas. O primeiro LETS foi criado em 1983, em uma vila do Canadá, por conta de uma crise econômica gerada pela transferência de uma base aérea para outra região (BÚRIGO, 2002; MENEZES, 2007). Neste sistema, pessoas de uma comunidade, bairro ou mesmo região criam uma rede de trocas de serviços e produtos utilizando-se ou não de moeda própria. Todos os membros colocam à disposição do grupo suas habilidades tais como jardinagem, consultorias e consultas médicas, aulas de informática, de culinária e também seus produtos como frutas e verduras, alimentos

caseiros etc. Numa central, são controlados os créditos e débitos dos membros de forma que para cada serviço prestado é creditado um valor em moedas no saldo prestador e o mesmo valor é debitado no saldo daquele que recebeu o serviço ou produto. O mesmo sistema pode funcionar com moeda própria impressa, trocadas diretamente entre os membros, ou por meio de moeda virtual, sob o controle e registro dos créditos e débitos. De acordo com Lietaer (2001 *apud* MENEZES, 2007) mais de 2.500 LETS estavam espalhados pelo mundo no início do século XXI, sobretudo na Inglaterra e no Canadá, embora pudessem ser encontrados em outros países como na Austrália, no Japão, nos Estados Unidos e na Nova Zelândia. Em cada país ou local há particularidades na maneira de administrar esse sistema e suas denominações muitas vezes variam.

Os *Time Dollars*ⁱ, por exemplo, se diferenciam dos LETS por utilizarem da moeda “tempo”. Este sistema surgiu em 1980, nos Estados Unidos, no intuito de amenizar a falta de certos serviços provocada pelos cortes dos gastos do governo com o bem-estar social (MENEZES, 2007; LIETAER e KENNEDY, 2010). Assim, ao receber uma hora de serviços de alguém, uma hora de serviço é debitada do recebedor e uma hora é creditada para o prestador do serviço e, como uma hora são sempre 60 minutos, não existem juros ou inflação. As estações centrais ou Bancos de Horas são estruturas simples (muitas vezes apenas com um técnico e um computador) e registram as mudanças nos saldos de cada membro. Se o membro precisar de um determinado serviço, precisa ter saldo positivo para “pagá-lo” de modo que é estimulado a manter um equilíbrio entre a prestação dos seus serviços e a utilização de outros. Ainda, tais experiências se baseiam no princípio da equivalência, ou seja, independentemente do serviço o seu valor é determinado em horas gastas. Tais práticas também se encontram difundidas em várias partes do mundo como em Israel, Coréia do Sul, Itália e Espanha. Na avaliação de Rocard (2010, p. 09), mais do que a provisão de serviços que podem ser inacessíveis para alguns membros de um sistema deste tipo, tais “bancos de horas” possibilitam a circulação de “[...] tipos de conhecimentos raros esquecidos por estarem desmercantilizados, podendo ser revalorizados desta maneira. E mais, a circulação de conhecimentos e habilidades não mercantilizados se mostra como um meio útil de lutar contra o desemprego”.

Nos países germanófonos (Alemanha, Áustria e Suíça) uma rede de moedas regionais denominada de Movimento *Regio*ⁱⁱ foi criada em 2003, no intuito de estimular a troca de experiências entre os diferentes sistemas “régios”. Em 2008, esta rede contava com mais de 63 sistemas de moedas regionais, sendo que 28 estavam em pleno funcionamento e 35 em fase de lançamento e constituição (LIETAER e KENNEDY, 2010). Interessa notar, ainda, que cada régio possui suas particularidades, podendo-se identificar dois grandes grupos dentro do movimento régio: um que tem compatibilidades e interferência do euro; e outro constituído por círculos cooperativos que não se utilizam de euro em momento algum. As primeiras iniciativas das moedas regionais na Alemanha estão relacionadas às zonas rurais e uma das mais conhecidas é a moeda regional *Chiemgauer*.

Criado pelo professor de economia Christian Gelleri como um exercício prático para seus estudantes, o *Chiemgauer* é até então mantida no intuito de desenvolver a região de Chiemsee, há 80 km de Munique (GELLERI, 2009). Os comerciantes locais aceitam o *Chiemgauer* em troca da publicidade que as notas emitidas levam no seu verso. Esta moeda funciona com base num sistema interessante de “juros negativos” (ou “oxidante” ou “fundante”), pois, de três em três meses, as notas de *Chiemgauer* perdem parte do seu valor. Ao receber as notas, se os comerciantes optarem por trocá-las por euro, terão 5% do valor de cada nota reduzido, mas se mantiverem as notas circulando, por exemplo, pagando seus fornecedores em *Chiemgauer*, não

incorrem neste desconto. Esse sistema de juros negativo é possível porque ao comprar *Chiemgauer*, recebe-se um valor 3% maior do que em euros (paga-se, por exemplo, 100 euros para obter 103 *Chiemgauer*). Além de incentivar a compra de moeda local, impulsiona sua mais ampla e rápida circulação. A propósito, Galleri (2009) tem calculado nos últimos anos (de 2004 a 2009) que a velocidade de circulação dos *Chiemgauer* é 3 vezes maior do que a do Euro. Especificamente em 2006, estas moedas circularam em média 20 vezes no ano, enquanto o euro manteve a média de 3 vezes no mesmo período (LIETAER e KENNEDY, 2010.).

Um dos aspectos importantes das observações e pesquisas sobre as moedas complementares é que elas permitem contra-argumentar acerca dos princípios econômicos sobre a moeda, quais sejam: que ela é “única”, pois agrega um conjunto de outros instrumentos monetários; que é “exclusiva”, por ser capaz de cobrir a totalidade dos campos de práticas monetárias; e que ela é “propriedade do Estado”, pois ele é a autoridade monetária em si. As moedas complementares, além de afrontarem estes princípios, muitas vezes são endossadas pelos governos (BLANC, 1998; COLLIAC, 2005).

Por exemplo, as moedas paralelas provinciais na Argentina foram amplamente aceitas, inclusive pelo Estado Federal. Dentre elas, a *Patacón*, moeda paralela em Buenos Aires, era utilizada para pagar dívidas públicas, chegando a 80% do pagamento das pensões e salários. Além disso, outras instituições, como as bancárias, foram se adequando à esta realidade, passando a aceitar e abrir contas na moeda complementar das respectivas províncias. As influências dos usos destas moedas e sua circulação foram relativamente amplas e complexas, a ponto de, por exemplo, as *Lecops*, moeda complementar do próprio governo federal argentino e as *Patacones* circularem em outras províncias e não apenas em Buenos Aires (COLLIAC, 2005).

Ainda sobre a experiência da Argentina, Colliac (2005) atribui o surgimento das diversas moedas provinciais ao contexto político da época e às características administrativas e orçamentárias do país. Na sua investigação, Colliac (2005) aponta, principalmente, o endividamento das províncias e, conseqüentemente, o do Estado Federal como principal fator que levou ao surgimento de moedas paralelas provinciais. De acordo com o autor, em junho de 2002, o volume de moedas paralelas em circulação na Argentina alcançou 37% do total dos meios de pagamentos.

2.1 O entendimento da antropologia econômica sobre a moeda

Conta-se que, nos primórdios as sociedades viviam sob a égide de um comunismo primitivo, onde se repartia as riquezas entre seus membros. A partir do desenvolvimento destas comunidades, os contatos entre elas foram inevitáveis e, a consequência natural foi uma forma pura de troca, chamada de escambo, na qual os objetos (artefatos, produtos agrícolas, animais etc) eram comparados uns aos outros de forma natural e trocados entre si. Em seguida, o escambo se complexificou e se ampliou de tal forma que surgiu um meio de troca, para torná-lo mais cômodo e “justo”. Este meio de troca – a moeda – então, tornou-se um mecanismo para expressar os valores das coisas, sendo possível, com isso, reservá-la para trocas futuras (AGLIETTA e ÓRLEANS, 1990).

Para alguns estudiosos, esta história resumida acima é uma “fábula” contada pela economia para explicar o surgimento da moeda. Mas, para alguns autores, especificamente os adeptos da abordagem antropológica da economia, esta é a origem da moeda moderna, a que conhecemos hoje como moeda de mercado, mas não é a origem da moeda em si, como prática e como instituição (AGLIETA e ÓRLEANS, 1990; POLANYI, 2000; ZELIZER, 1995). Caillé (1995) é um dos autores que se refere ao entendimento da economia sobre a moeda como

“fábula” e não vê resultado no esforço da economia para entender que o que há por traz da moeda é a sede de riqueza, pois não haveria mistério nisso. Para a economia é simples: a moeda é um “truque técnico” para que haja o desenvolvimento das trocas as quais são necessárias para o enriquecimento (que é intrínseco e desejável) porque dois bens valem mais do que um e assim por diante. Logicamente que tais técnicas foram se aperfeiçoando. Passando do boi e do camelo para as letras de crédito, a moeda escritural, o cheque o cartão de crédito etc. Mas, para o autor, isso não explica o valor intrínseco da moeda. Ela vale o que nós cremos que ela vale...

Estas discussões sobre o sentido ampliado da moeda se insere nas noções também ampliadas do fato econômico, especificamente o conceito de economia substantiva de Polanyi (2000 e 2011). Esta noção parte do pressuposto de que as relações entre os produtores e a natureza admitem uma pluralidade de princípios econômicos que vão além daquele da concepção formal de economia, qual seja: a orientação para ganho, típico da economia de mercado (LAVILLE, 2009). Contrariamente a esta abordagem “formal” (ou “tradicional”) da economia, Polanyi (2000) propõe uma abordagem histórica e antropológica, ou seja, “substantiva” para o entendimento do fato econômico. Esta seria, “apreendida como o conjunto de fenômenos que decorrem da dependência do homem ao contexto da natureza e de seus semelhantes”. Ao longo do tempo e do espaço, diferentes maneiras de trocar bens e serviços ocorrem. O escambo é apenas um deles e se refere ao modelo de mercado; a redistribuição, requer um modelo institucional centralizado; e a reciprocidade, é encorajada por um modelo institucional simétrico. Este último sentido se destaca nos estudos da antropologia econômica (ROSPABÉ, 1995; CAILLÉ, 2002; POLANYI, 2011), embora a redistribuição também receba especial atenção em Polanyi (2011).

No sentido antropológico da moeda, ela tem origem nos sistemas de trocas recíprocas estabelecidos nas sociedades arcaicas. Por exemplo, na Grécia antiga, os objetos e seus respectivos valores dependiam enormemente do reconhecimento mútuo entre as pessoas, do tipo de objeto, de *status* entre pessoas diferentes, formando-se categorias de valores de uso numa estrutura de relações solidárias relativamente complexas (AGLIETTA e ÓRLEANS, 1990). Trata-se, aqui, do fenômeno da dádiva, que não se identifica com a acumulação que ocorre na ordem mercantil, se concretiza pelo estabelecimento de um ciclo de solidariedade e reciprocidade constituído por ações de dar-receber-retribuir.

Nesta perspectiva, a lógica da dádiva supõe uma dinâmica de “endividamento mútuo positivo” (GODBOUT, 1999), onde cada ator envolvido na tríplice relação dar-receber-retribuir tende à incorporar um sentimento de receber maior do que o de dar. É precisamente este sentimento, nesta lógica, que mantém os vínculos sociais e explica a “sensação” de retribuir na relação dar-receber e retribuir (CAILLÉ, 2002). Além disso, esta ideia de “endividamento mútuo positivo” explica a manutenção da estabilidade das relações, formando uma estrutura de endividamento. “O dom cria dívidas que não se anulam, que não se extinguem nunca (GODELIER, 1995, p. 17 *apud* CAILLÉ, 2002, p. 90).

A moeda, então, pode ser vista como um emaranhado de dívidas e créditos na sociedade os quais a formam e a constroem. A moeda é um “elo que unifica os sistemas de dívida. Ela é uma representação ativa da sociedade como um todo, pois participa desde o início de sua construção” (THÉRET, 2008, p. 3). Sob esta perspectiva, a dimensão simbólica da moeda se destaca, tendo em vista que o entendimento é o de que ela opera como um símbolo que se relaciona com outros símbolos do sistema, dentro do qual os significados são compartilhados, trocados e fazem sentido. Numa concepção intermediária entre a exclusivamente simbólica e a exclusivamente econômica, a moeda é entendida como “uma forma institucional conectando

peças e coisas, um sistema de regras que faz com que ‘a coisa distinta das pessoas’ que foi escolhida para representar certas relações entre pessoas, o faça legitimamente” (THÉRET, 2008).

Na moeda de mercado, a dívida se tornou dissociada da pessoa do devedor, devido à expansão das relações mercantis potencializada pela possibilidade de acumular. As pesquisas etnográficas no âmbito da antropologia econômica têm contribuído para a compreensão dos usos das moedas atrelados a outros papéis como o simbólico. Aqui, importa destacar objetivos de sistemas e de uso de moedas sociais que ultrapassam os benefícios econômicos (embora possam ser gerados a partir deles). Iniciamos a seguir a apresentação do contexto e das experiências para, em seguida, tentar apontar o compartilhamento de valores e sentidos entre elas.

3 Os sistemas de moedas complementares e sociais brasileiro e francês

3.1 As moedas sociais brasileiras: os clubes de troca e os BCDs

De acordo com Soares (2009, p. 255), “moeda social é uma forma de moeda paralela instituída e administrada por seus próprios usuários, logo, sua emissão é originada na esfera privada da economia”. No Brasil são frequentemente denominadas “moedas sociais” (MENEZES e CROCCO, 2009; BÚRIGO, 2002; SOARES, 2009; FRANÇA FILHO e SILVA JUNIOR, 2009). De acordo com França Filho e Silva Júnior (2009), a razão para a denominação “moeda social” diz respeito ao fato delas estarem a serviço das comunidades que as criam e implementam no intuito delas apoiarem na resolução dos seus problemas sociais e econômicos. Para os autores, o adjetivo “social” reflete também um princípio (e ao mesmo tempo uma prática) no seio destas experiências: o de controle social e político do econômico, exercido pela comunidade organizada. Para isso, o sentido de economia se pauta na sobreposição do social sobre a lógica mercantil.

Os clubes de trocas são grupos de uma comunidade que se reúnem para promoverem as trocas de produtos, serviços e saberes entre seus membros. Cada clube se organiza e constrói uma metodologia adequada à sua realidade, definindo, por exemplo, os períodos de reuniões, formas e os instrumentos para mediar as trocas. Sendo assim, constrói-se um “mercado de trocas que conta com a figura dos “prosumidores”, participantes que são ao mesmo tempo produtores e consumidores. [...]. O sistema favorece ainda a cultura de consumo consciente e fortalece as relações comunitárias” (FRANÇA FILHO, et al., 2012). No intuito de facilitar as trocas, alguns clubes criam moedas sociais as quais se tornam o meio de troca como alternativa quando não ocorrem trocas diretas de produtos ou serviços.

Os clubes de troca brasileiros, da forma como se apresentam hoje, foram diretamente inspirados nos clubes de troca argentinos. Na Argentina, foi em 1995 que um grupo de 23 pessoas, praticamente todas desempregadas se reuniram e uma garagem na Província de Bernal no intuito de trocaram bens e serviços entre si (CARNEIRO e BEZ, 2011). Com instrumentos de gestão e controle bem simples inicialmente, a ideia começou a se difundir rapidamente aumentando o número de sócios e o número de clubes de troca pelo país. Acabou se tornando uma alternativa, em meio a crise dos anos 2000, e deu origem a um mercado/economia paralela. De fato, “os argentinos decidiram tomar pelas mãos a organização do seu país, para sobreviverem” (*Faire Mouvement*, 2011, p. 136).

No Brasil, o primeiro clube de troca no Brasil foi inaugurado em 1998, em São Paulo, no município de Santo Amaro. Em 1999, surgiu a experiência no Rio de Janeiro, seguida de outras cidades brasileiras como os clubes de troca da comunidade Ruben Berta, em Porto Alegre, o clube de Jardim Rubilene, em São Paulo e o Grupo de Economia Popular e Solidária (Geps) em Vitória da Conquista (MENEZES e CROCCO, 2009). Em novembro de 2001, no bairro do Sítio Cercado em Curitiba, surge o primeiro clube de troca da Rede Pinhão, diretamente influenciado

pela experiência argentina. Em fevereiro de 2013, a rede Pinhão em Curitiba contava com 24 clubes (CEFURIA, 2013). A moeda utilizada na rede é chamada Pinhão, em homenagem ao fruto da araucária, árvore típica e símbolo da região (CARNEIRO e BEZ, 2011).

Mas, a maior parte das moedas sociais existentes hoje no Brasil é criada por Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Elas são parte importante de um conjunto mais amplo de ações destes BCDs que envolve a prestação de serviços bancários e financeiros, incluindo o acesso ao crédito, e uma série de ações na comunidade atreladas a um objetivo maior de desenvolvimento do território. Desde a origem dos BCDs, a partir da criação do Banco Palmas, em 1998, em Fortaleza, Ceará, uma Rede Brasileira de BCDs com suas moedas sociais vem se constituindo. Notadamente a partir de 2003, com a criação do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, pelo próprio Banco Palmas, o estabelecimento de parcerias com outras instituições públicas e privadas vem permitindo sua ampliação, seu fortalecimento e o envolvimento de outras entidades da sociedade civil na metodologia de criação de BCDs e de moedas sociais.

No intuito de estimular a produção e o consumo local, o BCD cria e mantém no território instrumentos de incentivo ao consumo, tais como cartão de crédito e a **moeda social circulante local**. Ao se tornarem legítimos no território, o que exige um processo relativamente longo de sensibilização, desempenham papel importante não apenas na circulação interna da riqueza (notadamente econômico), mas social e identitário. O uso da moeda social no território acaba desempenhando também um papel pedagógico e simbólico que envolve a noção de apropriação cidadã da moeda, a história e a identidade do lugar.

Em 2001 começou a circular as Palmas, no Conjunto Palmas, na cidade de Fortaleza, Ceará. Em 2005, inicia a circulação da moeda Pirambú, no bairro de mesmo nome, também em Fortaleza. Em 2009 já circulavam no Brasil 49 moedas sociais de BCDs; e em maio de 2012, eram 78. Hoje, abril de 2013, são 100 BCDs localizados em vários estados cada um com seu ‘circulante local’.

3.1.1 A experiência das Palmas no Conjunto Palmas, Fortaleza, Ceará.

A moeda Palmas foi criada num bairro popular de 30 mil habitantes chamado Conjunto Palmeiras, na cidade de Fortaleza, Ceará. As Palmas são uma segunda versão da moeda Palmares, que era usada no clube de trocas realizado entre os moradores da comunidade interessados em trocar produtos e serviços. Mas, este sistema de trocas não mais atendia às necessidades dos participantes e isso despertou a possibilidade de transformar todo o bairro num grande clube de trocas e que funcionasse todo o tempo. A moeda nova foi criada, então, com o objetivo de dinamizar a economia de todo o bairro, estimulando a troca de bens e serviços entre produtores e consumidores do território.

Mas, uma vez que a moeda passaria a circular em todo o bairro, foi necessário mudar o aspecto da moeda e passar a confeccioná-la com mecanismos de segurança. Assim, como o Banco Palmas já era conhecido no bairro, desde 1998, e já havia projetos como a denominação ‘Palmas’ (Palmatech e o Palmacard, por exemplo), decidiu-se manter a palavra Palma, e este se resumiu no novo nome da moeda. As Palmas foram criadas em 2002 e, como as Palmares ficavam no Banco Palmas após cada clube de trocas, o processo de substituição foi imediato. Para a confecção das moedas Palmas buscaram parceria na Argentina, pois no Brasil ainda não havia gráficas que fizesse este trabalho. Quatro mecanismos de segurança foram impressos na moeda social: a) o número de série, pelo qual elas são cadastradas; b) a marca d’água, que dificulta a impressão; c) o código de barras; e d) e a marca que possibilita leitura ultravioleta. Todos estes

mecanismos eram fundamentais não apenas para evitar falsificações, mas para que os comerciantes do bairro aceitassem a moeda.

Nos primeiros lançamentos das Palmas no Conjunto Palmeiras, apenas dois empreendimentos no bairro a aceitavam. A medida que outros empreendimentos perceberam que o movimento naqueles dois concorrentes estava aumentando, passaram a aceitar a moeda também. Hoje, são mais de 240 estabelecimentos aceitando a moeda social. No final de 2012, estimava-se que quase 40 mil Palmas circulavam no bairro. Este volume de moeda, de acordo com o presidente do Banco Palmas, tem se mostrado suficiente. Ele foi sendo lançado aos poucos na comunidade por meio de alguns mecanismos. Um destes mecanismos são os empréstimos concedidos para consumo, os quais são realizados em Palmas (até 300 Palmas). Outra forma de lançar as moedas sociais na comunidade é pelo pagamento de parte da remuneração dos membros do Banco em Palmas (10% da remuneração). Algumas entidades parceiras locais também oferecem parte da remuneração em Palmas. Além disso, qualquer pessoa pode trocar reais por Palmas nos caixas do banco para consumir na comunidade estimulada pelo desconto de 5% nas compras com a moeda social oferecido por alguns comerciantes. De posse das moedas, os moradores a utilizam nos comércios das comunidades que aderiram ao sistema. Uma vez que os comerciantes recebem as moedas, as utilizam para dar troco ou para comprar mercadorias dentro da comunidade. Ao final deste processo, se estabelece a rede de produtores, comerciantes, prestadores de serviços e consumidores que usam a moeda social no seu dia a dia.

A gestão da emissão e da circulação da moeda é feita pelos caixas do Banco Palmas. Sua movimentação diária é controlada com base em planilhas relativamente simples. A cada transação realizada com moeda social no BCD, registra-se o valor em moeda social que saiu ou entrou e o respectivo valor em real que saiu ou entrou. Sendo assim, para cada Palmas que entra em circulação na comunidade, um Real é depositado na forma de lastro. O lastro em real, além de ser uma exigência do Banco Central do Brasil, é outro mecanismo que oferece segurança aos comerciantes e aos usuários de maneira geral.

Os principais resultados percebidos pelo uso das Palmas no bairro estão relacionados à valorização das coisas do lugar por parte dos moradores. Uma pesquisa de 2008, sobre os motivos que levam a usar as moedas sociais Palmas, a maioria dos moradores respondeu que era para ajudar o comércio do bairro (SILVA JUNIOR, 2008). Outras pesquisas mostram que o consumo das famílias nos empreendimentos do bairro, tem se mantido entre 93% a 95% (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2011).

No entanto, há mais de 10 anos em circulação no bairro, as Palmas vivem atualmente uma situação no mínimo curiosa: sua circulação no Conjunto Palmeiras tem diminuído notavelmente. Para os representantes do Banco Palmas e criadores da moeda, parece que as Palmas cumpriram seu papel econômico, ou seja, o de fazer com que as pessoas consumissem no bairro. Em entrevista com o presidente do Banco Palmas, ele sugeriu uma reflexão: “a moeda social é para ser eterna ou não?”. Ele entende que as moedas sociais não podem ser vistas de forma apologética ou como uma panaceia, mas como um instrumento com papéis a cumprir.

É neste sentido que equipe de projetos do Banco Palmas aguarda a resposta do BNDES sobre o financiamento do projeto das Palminhas: moeda social direcionada às das crianças do bairro reforçando o papel simbólico da moeda e conferindo um papel pedagógico.

3.2 As moedas complementares e sociais francesas: os sistemas SEL e SOL

As experiências similares aos LETS quebequenses na França são denominadas SELs (*Systèmes d'Échange Local*). A principal diferença entre os LETS e os SELS é que nestes últimos

se usam, majoritariamente, moedas virtuais (BLANC, 1998; MENEZES, 2007; LIETAER e KENNEDY, 2010). Os primeiros SELs foram criados a partir de 1994, e hoje estão espalhados em várias cidades francesas. Cada SELs adota cria sua moeda e seu sistema de trocas. O objetivo destes sistemas é semelhante aos Clubes de Trocas brasileiros e argentinos: estimular a troca de bens e serviços entre as pessoas. Os SELs urbanos, tipicamente, trocam-se mais serviços, notadamente os intelectuais e profissionais. Nos SELs rurais, trocam-se mais alimentos e dias de trabalho.

Atualmente, na região parisiense, existem mais de 40 SELs e são em torno de 465 na e toda França. Em geral, os SELs atrelam sua moeda à uma hora de serviço e disponibilizam uma lista de ofertas e demandas. Adotam uma forma colegiada de organização que evita aspectos da hierarquia. Embora sejam semelhantes, adotam particularidades de funcionamento. Há SELs, por exemplo, que contam com a presença de um mediador na relação entre comprador e vendedor. Os SELs criaram uma associação chamada *SELidair*, com um site e que funciona como um ponto de contato entre os diferentes SELs. Além disso, organizam encontros regionais e nacionais e os inter-SELs (clube de trocas entre Sistemas SELs), com moeda própria ao evento (em Paris, existe o inter SELs *BLE-Bourses Locaux d'Echange*, com a moeda *Feuille de la Richesse (Faire Mouvement, 2011)*).

Também na França, o sistema SOL tem se destacado. O SOL é uma moeda complementar, comum a vários territórios franceses, e possui diversas finalidades, pois possibilita não apenas a compra de bens e serviços nas empresas participantes, mas também o intercâmbio de tempo e de conhecimento entre os membros e a valorização e o estímulo de práticas ecológicas, sociais e solidárias. Na análise de Lietaer e Kennedy (2010, p. 147), o “funcionamento do SOL se assenta em um projeto compartilhado e gerido democraticamente”, vinculado à uma estratégia integrada de desenvolvimento dos territórios baseada em valores ecológicos, humanos e sociais”.

A ideia de implantar um tal sistema em toda a França surgiu a partir de um relatório de Patrick Vivret, de 1999, acerca da necessidade de valorizar comportamentos solidários e ecologicamente responsáveis (*Faire Mouvement, 2011*). Mas a implementação do projeto teve início apenas em 2004, a partir do financiamento do Fundo Social Europeu. O primeiro momento de implantação do sistema SOL considerou apenas três regiões francesas (Bretagne, Nord-Pas-de-Calais e Île-de-France) e, em 2007, novos territórios foram incluídos (LIETAER e KENNEDY, 2010). Dentro do sistema SOL há duas concepções que dão origem à duas diferentes experiências de uso de moeda complementar: Sol-Econômico, sistemas de moedas sociais endossadas ao euro; e o Sol-Tempo, que valorizam o engajamento para trocas de serviços (iniciativas não mercantis).

A estrutura de gestão do sistema SOL se dá no âmbito de três instâncias. Um Conselho de Administração onde participam as empresas de economia social e solidária ligadas ao projeto e os representantes de cada sistema de moeda complementar local. No nível do território, uma segunda instância congrega os representantes das experiências, as instituições parceiras e representantes da rede de local do sistema (indivíduos e empresas que usam e aceitam a moeda, denominados solistas e prestatárias, respectivamente). Nesta instância é que o sistema SOL se aproxima dos governos e órgão públicos locais. Há ainda uma terceira instância da qual participam os solistas e membros de associações em geral interessados em promover a moeda no território. Cada território se organiza em torno de comissões locais (*Comité Local d'Agrement du Sol*) que buscam apoios institucionais e fazem atividades de sensibilização da população local sobre a importância e o papel da moeda complementar.

Cada usuário é cadastrado e possui um Cartão Sol, com chip. Assim, ele pode tanto comprar em Sol ou receber bônus em Sol por compras feitas em euros. Este cartão pode ser usado em toda rede nacional dentre os membros da rede SOL. Em 2010, 10 mil euros em transações foram realizadas em Sols. De acordo com o encarregado do desenvolvimento da moeda Sol na região de Grenoble, é ainda muito pouco em vista do volume de recursos investido no projeto de constituição do SOL.

Além disso, a própria implementação do sistema SOL (que, de certa forma, foi cima para baixo) tem mostrado que é na base, ou seja, nas iniciativas territoriais que se encontram as respostas para as necessidades locais e para superar os desafios da implementação do sistema. Na Assembleia Geral do sistema SOL em 15 de abril de 2013, foi possível perceber a expansão do sistema. Nesta ocasião, foram aprovadas as entradas de mais 4 moedas: a Sol-Lotois, a Sol-Olympe, a Ile et Vilaine e a Sol-Angelique. Atualmente, uma destas iniciativas, e a de maior expressão dentro do sistema SOL francês atualmente é da moeda Sol-Violette, em Toulouse.

3.2.1 A experiência das *Sol-Violettes*, em Toulouse, França

A moeda Sol-Violette foi lançada em 2011, no seio do movimento SOL, em três bairros da cidade de Toulouse (Centre Ville, Rangueil e Grand Mirail). A ideia e o projeto da moeda complementar em Toulouse foram discutidos ao longo de 2 anos (2009 a 2011) por um conjunto de atores tanto locais quanto do movimento SOL em geral. A denominação Sol faz referência ao movimento SOL da França e *Violette* se refere à flor comum em Toulouse (a violeta).

O processo de criação e implementação da moeda social em Toulouse, chama a atenção para o número e o envolvimento das entidades locais, notadamente a prefeitura da cidade que, além de apoiar, financiou parte do projeto e participa ativamente da sua gestão. Além da prefeitura e do movimento SOL, o projeto é sustentado atualmente por bancos cooperativos e públicos – Crédit Cooperative, Crédit Municipal (este último, ligado à prefeitura de Toulouse). Além destes, também são parceiras do projeto a Fundação MACIF, a Caixa de depósitos e consignação, a casa dos desempregados. As duas últimas são organizações sociais apoiadas pelo governo francês embora sejam gerenciadas pelos governos e coletividades locais.

O objetivo primeiro da criação da Sol-Violette foi estimular os atores, indivíduos e organizações, a consumirem localmente respeitando a natureza e os seres humanos (*Faire Mouvement*, 2011). Mas a referência à “apropriação cidadã da moeda” é notória no processo de desenvolvimento e de gestão da moeda em Toulouse. Como atesta a atual coordenadora do projeto, “primeiro vem a política cidadã em torno da moeda, depois a questão econômica”.

Apesar de compor o sistema SOL, a moeda é gerida no território por meio do CLAS (Comité Local d’Agrément) que é responsável por organizar os conselhos colegiados, as plenárias e as assembleias gerais. Atualmente, são cinco colegiados: dos solistas, das prestatárias, dos financiadores, das coletividades e dos fundadores. Uma equipe de 4 pessoas é responsável por dar andamento as atividades e as decisões tomadas nos conselhos, onde participam representantes dos colegiados e outras pessoas interessadas. Além disso, esta equipe administra a circulação da moeda e todas as atividades em torno do projeto. As reuniões de “*pilotage*” foram instituídas para que o grupo gestor e os representantes dos colegiados discutissem, periodicamente, as atividades relativas ao processo de implementação do projeto e de gestão da moeda.

A moeda Sol-Violette circula numa rede de trocas composta por indivíduos – *les solistes* – e empresas – *les prestataires*. Tanto as empresas prestatárias quanto os solistas assinam uma carta

e pagam uma taxa de adesão (de 5, 10 ou 25 euros para solistas; e 100 euros para empresas) a depender da situação financeira do aderente. Este documento é importante e é exigido pelo Banco da França para conferir maior segurança aos usuários. Ou seja, ninguém não cadastrado ou sem a carta de adesão poderá usar as moedas sociais. A moeda Sol-Violette existe sob 3 formas: impressa, cartão com chip e via telefone celular.

Para o lançamento das moedas no território, o lastro das Sols-Violettes foi financiado pela prefeitura de Toulouse (via *Crédit Municipal*) e distribuídas aos cidadãos por meio dos CCAS, associações, serviços municipais e as empresas de economia mista. A empresa de transporte local propôs a utilização da moeda para compra de bilhetes de metrô e ônibus. Neste momento, os solistas privilegiados foram pessoas em situação de exclusão, famílias numerosas e cidadãos com comportamentos éticos interessados em contribuir. As organizações de economia social e solidária também compraram Sol-Violette e puderam oferecer aos seus clientes (também aderentes) bônus em moeda social. Algumas empresas prestatárias assume também o papel de ponto de troca (*comptoir d'échange*).

O banco *Crédit Cooperatif*, organização que apoia e financia projetos e organizações de interesse geral, tem sido parceira do movimento SOL em toda a França. Ela e o *Crédito Mútuo* (*Crédit Mutual*) são os órgãos emissores das moedas na cidade. Todo o euro trocado pelas moedas fica nestes bancos disponível para linhas de empréstimos específicas para pessoas ou famílias em situação precária, ou empresas de economia solidária. Como parte destes empréstimos são em moeda social, os empréstimos se configuram como via de emissão da moeda. Nota-se, ainda, que apesar de ter paridade com o Euro, o lastro da moeda não está integralmente depositado nos respectivos emissores, pois parte dele é emprestado.

Tanto os solistas quanto as prestatárias podem trocar Euro por Sol no banco da prefeitura (*Crédit Municipal*) ou nos pontos de troca (*Comptoir d'échange*). Qualquer empresa da rede pode se tornar um ponto de troca. Podem ainda, trocar Sol por Euro nos bancos emissores. No entanto, neste caso, incide um desconto de 5% do seu valor. Este desconto objetiva desestimular a saída de Sol-Violettes de circulação.

Uma característica da Sol-Violette que não é comum dentre as moedas do sistema SOL é que ela é fundante (ou oxidante), ou seja, perde valor periodicamente. Sendo assim, a cada 3 (não rigorosamente), cada 1 Sol passa a valer 0,98 centavos de Sol (2%). Este mecanismo, se por um lado estimula a circulação da moeda, por outro desestimula algumas empresas a serem pontos de troca, uma vez que o volume de moedas em sua posse no momento da desvalorização perderá 2% do valor. O processo de oxidação da moeda é realiado pela equipe gestora, que recolhe as notas e lança-as no sistema (por meio de leitor óptico) com o valor atualizado. Vale lembrar neste ponto a semelhança com o *Chiemgauer* alemão.

As metas iniciais do projeto de implementação da moeda em Toulouse era, nos primeiros 6 meses, agregar 30 organizações e 150 solistas. Mas, de acordo com a equipe gestora da Sol-Violette, em 6 meses de lançamento do projeto estavam usando a moeda 600 solistas e mais de 70 empresas da economia social e solidária. Durante este período, 27 mil Sols (euros) foram trocados sob a forma de bens e de serviços, hoje cerca de 30 mil Sols estão em circulação.

Dentre os solistas, nota-se a participação efetiva e em maior número de militantes da economia social e solidária. Dentre as empresas prestatárias, encontram-se as de alimentação saudável; aluguel de bicicleta; bem-estar, esporte e lazer; lojas de produtos bio; serviços de alimentação; mercadinho solidário (*Épicerie Solidaire*) etc. Outra especificidade desta rede é que todas as empresas aderentes que se tornam prestatárias buscam atuar de forma responsável (*mieux produire*) e demonstram preocupações como as ambientais e com o bem-estar dos funcionários.

Atualmente, a equipe gestora e os colegiados trabalham para superar os desafios que se colocam diante do projeto. Um dos principais apontados pela equipe é conferir diversidade na rede de trocas, entre prestatárias e solistas pois, apesar dos resultados positivos no lançamento do projeto, o circuito de trocas ainda se mostra restrito e pouco fluido. Além deste, a própria perenidade do projeto passa por um processo de institucionalização e que envolve também um processo educativo longo em torno do uso da Sol-Violette no território. Neste caminho, alguns um projeto se destaca: em março de 2012, a equipe e os parceiros do projeto comemoravam o andamento das ações de sensibilização nas escolas da cidade. No Liceu, alunos já estavam usando seus cartões recarregáveis com Sol-Violette para usar as máquinas de café e produtos bio na escola.

No intuito de sistematizar ambas experiências, elaboramos o Quadro 1.

Moeda	Quando e Onde?	Por quê criaram?	Para quem criaram?	Como funciona?	Quem governa?	Quais os principais alcances?	Quais os principais desafios?
As Palmas	Criada em 2002, no Conjunto Palmeiras, Fortaleza, Ceará.	Reorganizar e aumentar o consumo e a produção dentro do bairro	Moradores do bairro em situação de pobreza, produtores e consumidores potenciais	Moeda impressa, lastreada em Real. Circula no bairro entre indivíduos e comerciantes que aceitam a moeda.	Emitida e gerenciada pelo BCD Palmas, associada à oferta de microcrédito produtivo ou de consumo.	Quase a totalidade dos moradores consome no bairro	Diminuição do uso da moeda no bairro e a reflexão sobre seus outros sentidos
Les Sol-Violettes	Criada em 2011, em três bairros de Toulouse, França (em caráter de projeto piloto).	Estimular o consumo local, por meio de trocas éticas e solidárias	Indivíduos e organizações sociais e solidárias; e outros parceiros públicos e privados.	Moeda impressa e numérica, com paridade com o euro. Oxida 2% por trimestre. Circula numa rede de indivíduos e organizações	Colegiado formado por financiadores, solistas, e organizações prestatárias	Em 6 meses, 600 pessoas e mais de 70 organizações aderiram a moeda. Cerca de 30 mil Sols em circulação.	Desenvolver a rede local, melhorar a fluidez das transações e melhorar a visibilidade do modo de governança.

Quadro 1: Quadro-resumo das características das moedas sociais Palmas e Sol-Violette

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa de campo e do relatório *Faire Mouvement* (2011)

4 Considerações sobre o compartilhamento de sentidos comuns

O estudo dos usos de moedas sociais e complementares atesta o compartilhamento de outros sentidos para além do econômico no seio destas experiências. Nos casos das Palmas e da Sol-Violette, os sentidos político e simbólico se mostram evidentes (embora não único). O contexto de pobreza do território onde as Palmas foram criadas aponta para um sentido econômico de urgência: facilitar e aumentar as trocas e o consumo no bairro. A associação da moeda a um sistema de microcrédito possibilitou ainda a criação de pequenos negócios, coletivos ou não, aumentando a rede local e a oferta de produtos e serviços no bairro. O sentido político também aparece principalmente no momento de sensibilização dos comerciantes e moradores para a importância do uso da ‘moeda da comunidade’. Para o movimento SOL em geral e para a Sol-Violette em particular, o sentido político de apropriação cidadã da moeda é prioritário. Mas o sentido econômico também aparece junto dele, quando o objetivo se traduz também em favorecer a economia real e não a financeira. Esta visão politizada de economia é transmitida para os

membros da rede, indivíduos e organizações. A moeda então, nesse sentido, desempenha a função de troca, mas é, sobretudo, ética e não serve a estrutura financeira e capitalizada.

O sentido antropológico e de identidade surge no processo de concepção de ambas moedas, embora na história das Palmas pareça mais evidente. Em ambas, os *designers* foram definidos coletivamente, geralmente por uma enquete no território, de modo que os portadores das moedas se orgulhem de tê-las em suas carteiras. Na opinião da Diretora de Projetos do Banco Palmas, o processo de criação de uma moeda social local está atrelado a um processo de empoderamento: “O dinheiro nos domina, então o fato de uma comunidade criar seu próprio dinheiro é [pode ser visto como] um processo de empoderamento”. No mesmo sentido, os usuários da Sol-Violette exibem com orgulho seu cartão com o símbolo do sistema SOL e suas moedas impressas.

A reciprocidade entre os usuários na rede Sol-Violette permeia o seu processo de institucionalização em Toulouse. Nota-se que, a especificidade do perfil da maioria destes usuários, ou seja, a consciência sobre o papel político e ético do uso das moedas sociais e complementares; permite insistirem no uso da moeda social mesmo num circuito de trocas relativamente restrito. A moeda, a nosso ver, acaba se tornando um instrumento catalisador desta atitude.

Os modos de governança de ambas moedas permitem o reforço dos laços entre os usuários (moradores-comerciantes e solistas-prestatárias). O modo de governança da moeda Sol-Violette permite que os usuários e parceiros do projeto, organizados em colegiados, discutam e decidam coletivamente todos os aspectos em torno da moeda social criada. O modo de gestão das Palmas se apresenta um pouco mais centralizada, embora existam espaços de discussão tais como os Fóruns Locais e assembleias da associação abertos a toda a comunidade. Nestes espaços, a participação das organizações locais e dos comerciantes é desejada e os aspectos acerca da circulação das Palmas são assuntos de pauta.

O papel econômico tradicional como instrumento de trocas (como no mecanismo de mercado) das moedas complementares e sociais é fato. Mas funcionam também, em ambas experiências, como instrumentos de redistribuição usados pelo Estado. Na concepção do projeto da Sol-Violette assim como na sua gestão, a participação ativa da Prefeitura de Toulouse acaba conferindo significativa legitimidade ao uso da moeda. Além disso, e em certa medida, se utiliza do sistema de crédito em moeda social para exercer a redistribuição. No caso das Palmas, o Estado brasileiro inicialmente, por meio do Banco Central, pôs em dúvida a legalidade da moeda social. No entanto, atualmente, o governo brasileiro (principalmente através da Secretaria Nacional de Economia Solidária SENAES) não tem mais dúvida quanto o papel social das Palmas, e tem apoiado a multiplicação destas experiências pelo país. Além disso, uma parte do lastro das Palmas é proveniente de recursos públicos e é emprestado sob a forma de crédito aos moradores do Conjunto Palmeiras (notadamente as famílias receptoras do Bolsa Família).

Por fim, as experiências chamam a atenção para um entendimento mais amplo sobre os papéis da moeda, notadamente um papel social e político de apropriação do dinheiro pelos cidadãos, que se tornam criadores e gestores deste instrumento para circulação local da riqueza. Apontamos para a importância de pesquisas em maior profundidade, mais específicas com os usuários das moedas complementares e sociais e para a necessidade de mecanismos de mensuração ou mapeamento do movimento da riqueza do território a partir dos usos destas moedas, tendo em vista estarem sendo vistas como meios de redistribuição pelos governos locais e como mecanismos de desenvolvimento territorial.

Referências

- AGLIETTA, Michel; ÓRLEAN, André. **A violência da moeda**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BILAN PHASE EXPÉRIMENTAL SOL-VIOLETTE. **Mairie de Toulouse**: economie sociale et solidaire, décembre, 2011.
- BLANC, Jérôme. Las monnaies parallèles: évaluation du phénomène et enjeux théoriques. **Revue d'économie financière**, n. 49, p. 81 – 102, set./1998. Disponível em: <http://www.aef.asso.fr>. Acesso em: 01 de julho de 2010.
- BÚRIGO, Fábio Luiz. **Moeda social e circulação de riquezas na economia solidária** (2002). Disponível em: http://money.socioeco.org/documents/67pdf_Moeda.pdf Acesso em: 29 de agosto de 2010.
- CAILLÉ, Allain. **Antropologia do Dom**: o terceiro paradigma. Petrópolis RJ: Vozes, p 7–139, 2002.
- CAILLÉ, Allain. Prefácio. In ROSPABÉ, P. **La dette de la vie**. Éditions La découverte/Mauss. Paris, 1995.
- CARNEIRO, Gisele; BEZ, Antônio C. **Clubes de Trocas**: rompendo silencio, construindo outra história. 2. ed. rev., Curitiba: Editora Popular: CEFURIA, Cap. 2, p. 13-28, 2011.
- CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO (CEFURIA). **Relação dos clubes de troca** [em Curitiba]: com municípios, bairros, dias e horários de funcionamento. Acesso em 26 de fevereiro de 2013. Disponível em: < <http://www.cefuria.org.br/doc/clubes.pdf>>.
- COLLIAC, Stéphane. Monnaies parallèles provinciales et fédéralisme budgétaire em Argentine. **Revue d' économie financière**. n. 81, 4-2005, p. 1 a 20.
- FAIRE Mouvement: synthèse des débats. Relatório do **Rencontre Internationale des Acteurs des Monnaies Sociales et Complémentaires I**, 2012, Lyon, França. Acesso em janeiro de 2013. Disponível em: <monnaieendebat.org>
- FRANÇA FILHO, Genauto C. de. et al. L'enjeu de le usage des monnaies sociales dans les banques communautaires de développement au Brésil: Etude du cas de la Banque Palmas. **Revue Internationale de l'économie sociale** - RECMA, Paris, n. 324, p. 70 a 86, 2012.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; SILVA JR, Jeová Torres. Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). In CATTANI, Antonio David et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**: Edições Almedina, 2009, p. 31-37.
- FREIRES, Marusa Vasconcelos. **Moedas sociais**: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil (2011). Brasília: Programa de Pós-Graduação em Direito, Estado e Constituição da Universidade de Brasília (UNB), 2011. Tese de Doutorado
- GELLERI, Christian. Chiemgauer regiomoney: theory and practice of a local currency. *International Journal of Community Currency Research*, vol. 13, p. 61 a 75, 2009.
- GODBOUT, Jacques T., **O espírito da dádiva**, Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- INSTITUTO BANCO PALMAS DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA. **Relatório anual de 2012**, Fortaleza (documento interno).
- INSTITUTO BANCO PALMAS. Relatório do mapeamento da produção e do consumo, 2009 e 2011.

- LAVILLE, Jean-Louis. Economia plural. In CATTANI, A. D. *et. al.*(Orgs) **Dicionário Internacional da outra economia**. Coimbra-São Paulo: Editora Almedina, 2009, p. 145-149.
- LIETAER, Bernard; KENNEDY, Margrit. Monedas regionales: nuevos instrumentos para una prosperidad sustentable. s/l: La Hidra de Lerna Ediciones: 2010.
- LIETAER, Bernard. O futuro do dinheiro. Encontros de Sustentabilidade (palestra proferida em 06-11-2007).
- MARTIGNONI, Jens. A new approach to a typology of complementary currencies. **International Journal Community Currency Research**, v. 16, p. 01 – 17, 2012.
- MELO NETO, João J.; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros pobres, ricas soluções**: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.
- MENEZES, Melissa Silva; CROCCO, Marco Aurélio. Sistemas de Moedas locais: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco bem em Vitória/ES. Campinas-SP: **Economia e Sociedade**, v. 18, n. 2 (36), p. 371-398, ago/2009.
- MUÑOZ, Ruth. Finanças solidárias. In CATTANI, Antônio David *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Porto Alegre: Edições Almedina, 2009, p. 208-213.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- _____. **La subsistance de l’homme**: La place de l’économie dans l’histoire et la société: Flammarion. Paris, 2011. [tradução do inglês de Bernard Chavance].
- ROCARD, Michel. Prefácio. In LIETAER, B.; KENNEDY, M. **Monedas regionales**: nuevos instrumentos para una prosperidad sustentable. s/l: La Hidra de Lerna Ediciones: s.d..
- ROSPABÉ, Philippe. A. **La dette de la vie**. Éditions La découverte/Mauss. Paris, 1995.
- SILVA JUNIOR, JEOVÁ T. **Avaliação de impacto e de imagem**: Banco Palmas – 10 anos. Fortaleza: Instituto Palmas, 2008.
- SOARES, Claudia L. B. Moeda Social. In CATTANI, A. D. *et. al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia**: Edições Almedina, 2009, p. 255-259.
- _____. **Moeda social**: uma análise interdisciplinar das suas potencialidades no Brasil contemporâneo. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, 2006. Tese de Doutorado
- THÉRET, Bruno. Os três estados da moeda: abordagem interdisciplinar do fato monetário. Campinas: **Economia e Sociedade**, v. 17, n. 1 (32), p. 1-28, abr. 2008.
- ZELIZER, Viviana A. **La signification sociale de l’argent**. [S. l]. Edições Seuil, 2005

ⁱ Para mais informações, acessar a página www.timebanks.org. Um sistema semelhante, também nos EUA, é o Ithaca Hours, na cidade de Ithaca (MENEZES, 2007).

ⁱⁱ A expressão foi criada por Margrit Kennedy sob a denominação institucional *Regiogeld*. Mas, cada sistema é chamado “régio” por questões de simplificação, mantendo a identificação do fato de ser um sistema “regional” (LIETAER e KENNEDY, 2010).